

### Calendário escolar: como se aprende mais?

Com o ano letivo a decorrer, é interessante comparar os calendários dos países europeus e os seus resultados no PISA, a partir de um estudo publicado pela rede educativa Eurydice.

#### Férias de verão

A duração das férias de verão é muito marcada por fatores geográficos: nos países do sul da Europa, os alunos desfrutam, em geral, de uma paragem mais longa que nos do norte do seu continente. No entanto, esta tendência admite bastantes exceções. Por exemplo, as férias estivais duram mais ou menos o mesmo (10–11 semanas) em países tão distantes como Espanha, Suécia, Finlândia, Roménia, Islândia ou Hungria.

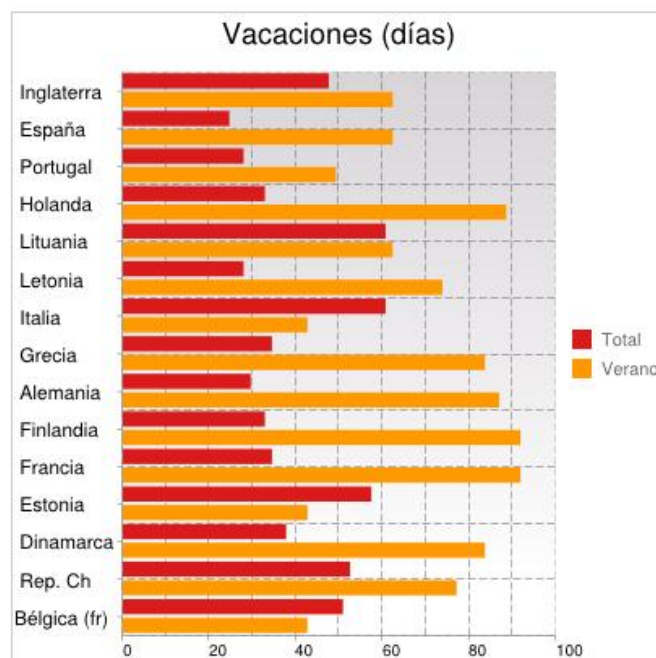
No grupo dos países com um período mais longo (12–13 semanas) encontram-se Turquia, Itália e Grécia, representantes da região mediterrânica, mas também as três repúblicas bálticas: Estónia, Letónia e Lituânia. Como no caso anterior, é difícil encontrar similitudes climáticas ou culturais entre estes estados.

Os países com menos férias de verão estão concentrados geograficamente em dois blocos: por um lado, as nações da Grã-Bretanha (com exceção da Irlanda do Norte) e, por outro, Suíça, Alemanha, Holanda e Dinamarca. Em todos eles, o período de descanso dura apenas seis ou sete semanas, e vai desde princípios de julho a meados de agosto na Escócia, Dinamarca e Suíça, ou desde finais de julho a princípios de setembro na Inglaterra e no País de Gales. Na Alemanha e Holanda depende muito da região. Por último, existe um quarto grupo de países com férias de oito a nove semanas, entre os quais encontramos quase todos os da Europa Central, mais França, Inglaterra e Noruega.

Como é lógico, as datas de começo e final do ano letivo dependem, em grande parte, do clima do país. Assim, as aulas começam antes (por volta de 20 de agosto) em todo o norte da

Europa, excetuando na Suécia e na Irlanda e, também, nas repúblicas bálticas, que têm um calendário escolar muito parecido com o da região mediterrânica.

Podemos observar num quadro ao lado, publicado pela “Aceprensa”, a planificação de férias na Europa:



#### Mais dias sem aulas no Sul

Costuma dizer-se que os países com férias mais curtas no verão as compensam com outros descansos ao longo do ano: as férias de outono, Natal, inverno, primavera / Semana Santa e, inclusivamente, alguns dias no começo de maio. Isto é verdade apenas em parte. Entre os países com mais dias sem aulas no total, predominam os que desfrutam de um longo verão. Assim acontece nas repúblicas bálticas e em Portugal; a Espanha e a França completam o grupo de países com menos dias letivos. O caso da França é singular: um verão relativamente curto (do tipo centro-europeu) é compensado com o maior número de dias sem aulas ao longo do ano letivo, cerca de 62 dias. No extremo oposto está a Turquia: 13

semanas de verão, mas somente 19 dias sem aulas durante o ano letivo.

Dos países com menos férias totais, todos têm um verão curto: alguns mais (Grã-Bretanha, Dinamarca e Holanda) e outros menos (Noruega, Polónia, República Checa e Eslováquia). Neste aspecto, verifica-se uma clara divisão geográfica, com as exceções já comentadas das repúblicas bálticas e Turquia. Em geral, pode-se afirmar que os alunos do sul da Europa têm mais dias de descanso do que os do norte e do centro do continente. Se houvesse que procurar países que representem os valores médios europeus, tanto na duração do verão, como nas férias totais, esses seriam a Áustria, a Finlândia, a Islândia ou a Bélgica.

### Mesmo modelo, diferentes pontuações

É interessante comprovar se o maior número de dias letivos tem correspondência com mais horas totais de formação, e qual destes dois fatores está mais ligado ao sucesso académico. Mais uma vez, as exceções são tantas que não é simples apresentar regras gerais.

Isolar o fator da duração do verão e o dos dias letivos não serve para chegar a grandes conclusões. Entre os países com verões longos predominam os maus resultados no PISA (Letónia, Lituânia, Espanha, Portugal, Itália, Grécia), mas também há médios (Suécia ou Hungria) e bons (Estónia, Finlândia, Islândia). O mesmo se pode dizer quanto aos dias letivos: a menor quantidade, piores resultados, embora Suécia e França sejam duas exceções a esta tendência. E o contrário: República Checa e Eslováquia, dois dos países com menos dias sem aulas, obtêm pontuações abaixo da média da OCDE e, no entanto, Polónia e Holanda destacam-se nos *rankings*.

É notório que, em geral, os países com maior carga letiva em número de horas (dados de "Education at a Glance", OCDE 2011, são também alguns dos que menos dias letivos acumulam durante o ano. Assim acontece em Itália, Espanha, França ou Estados Unidos. Estes países modelo "horário comprimido" comportam-se de maneira diferente no teste PISA: os dois primeiros situam-se claramente abaixo dos resultados médios da OCDE, enquanto que os dois últimos se situam na média.

Os outros dois países com grande número de horas de aula por ano letivo são a Bélgica e a Holanda, ambos com poucos dias de férias, incluindo as de verão. Pertencem, portanto, a um segundo modelo: muitas horas, mas muito repartidas. Ambos obtêm muito bons resultados no PISA. De facto são, a seguir à Finlândia, os melhores no espaço europeu.

Todavia, outros países europeus e não europeus mostram que o modelo holandês e belga não é o único capaz de atingir a excelência. Finlândia, Alemanha, Japão e Coreia do Sul (todos eles com sucesso no PISA) exemplificam como se podem

conseguir grandes resultados sem tanta carga letiva (embora no caso da Coreia do Sul, haja que contar com o elevado número de horas que os alunos passam, em academias privadas, quando terminam o horário de ensino regulamentado).

A Finlândia é a demonstração prática de que poucas aulas (100 a menos do que a média da OCDE para um ano letivo aos 13 anos) e um número de dias letivo médio, não estão em conflito com a qualidade educativa. O caso da Estónia acaba por anular qualquer tentativa de estabelecer normas gerais: um verão muito longo, poucas horas de aula, poucos dias letivos e, no entanto, obtêm um dos melhores resultados europeus no PISA.

F. R.-B.

### Os pais perante as notas dos filhos

São muitos os pais que assumem recriminações quando recebem o boletim de notas dos seus filhos com resultados negativos. Aquilo que deveria ser uma ocasião para dialogar com eles (para educar), converte-se numa zanga muito marcada, num sermão muito pormenorizado, ou numa série de ameaças e de ultimatoss.

Nesta situação, a expectativa deve ser deslocada para o lado dos pais. O boletim de classificações é um documento que deve saber-se interpretar: trata-se de uma radiografia do nosso filho ou filha e, como tal, devemos olhá-la a contraluz, ler entre linhas e decifrar o seu conteúdo. Não tem de ser o fulcro que tudo sustenta, a mania obsessiva, o fim que justifica os meios, mas algo como um final de partida quando se colocam as cartas de costas. Tenham sido boas ou más, o comentário sobre as notas deve ser uma oportunidade para educar.

Para não fazermos recriminações quando recebemos as notas dos nossos filhos, deveríamos:

*Procurar soluções.* Perante um "desastre académico", há que parar para analisar os possíveis motivos, causas e circunstâncias que puderam influenciar os resultados. Não se trata de procurar culpados, mas de propor soluções. Talvez haja que haver algum reforço ou reestruturação de horários, talvez se tenha de focalizar o estudo de outro modo, ou haver um maior espírito de concentração nesse estudo, etc.

*Analisar onde se falhou.* Nas classificações académicas influem muitos fatores, como o rendimento intelectual, o perfil de aptidões (as suas capacidades), a base académica, as suas atitudes, o seu esforço, as técnicas de estudo e de trabalho intelectual, as possíveis lacunas, o seu carácter... Não devemos menosprezar nenhum, porque muito esforço sem

boa base pode ser em vão e, pelo contrário, um bom perfil intelectual sem trabalho pode fazer desperdiçar um registo.

*Não lhes provocar ansiedade.* Muitas vezes, o nosso nervosismo, as nossas explosões ou a nossa própria preocupação fazem mocha no seu equilíbrio emocional. Dizer-lhes coisas como “que desgosto me deste”, “com estas notas fazes uma figura ridícula”, “assim não vais a lado nenhum”... podem deprimi-lo ainda mais do que já está. Não se trata de encarar as notas de forma ligeira, mas deve ter-se em conta que ele ou ela são, mesmo que o queiram dissimular, quem mais sofre.

*Focalizar o assunto pelo lado positivo e demonstrar-lhe a nossa confiança.* Isso não impede que lhes façamos refletir sobre o mal como correram as coisas; mas devem ver uma saída possível e que a encetem com otimismo.

*Interessarmo-nos por tudo aquilo que fazem, não apenas pelas notas.* Não podemos centrar tudo nos resultados escolares. A educação deve ser integral; todos os aspetos são importantes: passatempos, amigos, preocupações, objetivos de vida...

*Ouvir a pessoa.* Talvez a entrega de notas seja uma boa ocasião para a ouvir, para ouvir o que sente, o que pensa, como encara o futuro, o que espera de nós...

*Nunca a comparar com outros.* Embora ela própria se compare com os colegas (sobretudo com os que tiveram piores notas), não devemos fazer o contrário e comparar com os “bons estudantes”. Em qualquer caso, façamos comparações consigo própria noutras situações.

*Sermos realistas.* Não podemos pedir mais a um filho do que ele pode dar. Para isso, devemos conhecê-lo bem em todos os aspetos e saber até onde lhe podemos fazer exigências. Se sabemos que ele pode, devemos convencê-lo das suas possibilidades e encorajá-lo a que efetue a mudança. Estamos presentes para o ajudar.

O boletim de notas diz muito de um filho, mas não diz tudo. Ele ou ela são muito mais que um boletim de notas.

## **A zona Erasmus: 25 anos de sucesso**

Agora que na UE predomina a palavra *crise*, não é de mais recordar uma das suas histórias de sucesso: o programa Erasmus, que acaba de cumprir 25 anos. Nascido no ano letivo de 1987-88, o Erasmus oferece aos jovens universitários a possibilidade de estudar durante um espaço temporal – de 3 a 12 meses – num centro de ensino superior de outro país europeu. Desde a sua criação, mais de 2,5 milhões de estudantes europeus participaram no programa, o que permitiu avançar na integração europeia e abriu o caminho para o

“processo de Bolonha”, da harmonização dos estudos universitários na Europa.

Durante o ano letivo de 2010-2011 – o último de que se publicaram dados – 231.410 estudantes foram para outro país europeu tendo por objetivo estudar ou estagiar em empresas, o que constituiu um aumento de 7,2% em relação ao ano letivo anterior.

A Espanha é o país que envia mais estudantes para o estrangeiro (36.183), seguida por França, Alemanha, Itália e Polónia.

O destino mais popular entre os estudantes europeus é também a Espanha, que recebeu 37.433 estudantes. Seguem-se a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha – que recebe o dobro dos estudantes que envia - e a Itália.

O sucesso da mobilidade estudantil é inegável. Aquilo que alguns questionam é se o motivo tem mais a ver com um interesse turístico do que académico. No caso da Espanha, é notória a sua capacidade de atração para os Erasmus; pelo contrário, no conjunto de alunos estrangeiros que fazem os seus estudos em Espanha, os provenientes da UE são minoria: 37% entre os estrangeiros que fazem estudos de licenciatura e 22% nos mestrados. Por outro lado, tanto em Espanha como noutros países, é muito raro que um aluno Erasmus não seja aprovado no seu semestre ou no seu ano letivo. Mas, embora o valor acrescentado académico seja discutível, a ideia é que uma estadia no estrangeiro faz abrir sempre o espírito e favorece a aprendizagem da língua. Segundo estimativas da Comissão Europeia, cerca de 10% dos estudantes europeus estudam agora noutro país uma temporada, cuja duração média costuma ser de seis meses.

Cerca de 4,5% de todos os universitários europeus receberam uma bolsa Erasmus nalgum momento dos estudos. O custo – 250 euros mensais – é insuficiente para cobrir todos os gastos. Mas também cerca de 3% dos estudantes Erasmus participam no processo sem bolsa. A média etária dos estudantes participantes é de 22 anos.

O orçamento anual do programa é atualmente de 489 milhões de euros, e a Comissão Europeia está disposta a aumentá-lo.

Juntamente com as estadias para estudar numa universidade, o programa inclui também estadias em empresas para fazer estágios, possibilidade que, no último ano letivo, foi aproveitada por 41.000 estudantes.